

LAUDO TÉCNICO DE ACESSIBILIDADE

Prefeitura Municipal de Vargem-SP
Agosto 2024

Local: CRECHE LUCAS MORBIDELLI CACIANI

Endereço: AV. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA S/Nº - CENTRO – CARGEM - SP

Sumário

Laudo Técnico de Vistoria - Acessibilidade	3
1. Identificação e Localização	3
2. Objetivo	4
3. Metodologia Utilizada.....	4
4. Abreviaturas.....	5
5. Caracterização da Edificação.....	5
6. Análise Geral.....	6
6.1 Estacionamento.....	7
6.1.1 Principais Requisitos – Estacionamento.....	8
6.1.2 Parecer Geral – Estacionamento.....	13
6.1.3 Adequações a Serem Realizadas – Estacionamento.....	13
6.2 Rampa.....	14
6.2.1 Principais Requisitos – Rampa.....	16
6.2.2 Parecer Geral – Rampa.....	17
6.2.3 Adequações a Serem Realizadas – Rampa.....	17
6.3 Acesso e Circulação.....	17
6.3.1 Principais Requisitos – Acesso e Circulação.....	18
6.3.2 Parecer Geral – Acesso e Circulação.....	19
6.3.3 Adequações a Serem Realizadas – Acesso e Circulação.....	19
6.4 Sanitário P.C.R.....	21
6.4.1 Principais Requisitos – Sanitário P.C.R.....	22
6.4.2 Parecer Geral – Sanitário P.C.R.....	22
6.4.3 Adequações a Serem Realizadas – Sanitário P.C.R.....	23
6.5 Mobiliário Urbano.....	25
7. Considerações Finais.....	25
8. Encerramento.....	26

Laudo Técnico de Vistoria – Acessibilidade

1. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO:

1.1 Interessado: Município de Vargem–SP

1.2 CNPJ: 67.160.507/0001-83

1.3 Imóvel objeto da Vistoria: CRECHE LUCAS MORBIDELLI CACIANO – AV. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA S/Nº - CENTRO - Vargem/SP.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ZULEIKA VERONESI BALLASTRERI



FONTE: GOOGLE EARTH

2. OBJETIVO:

O presente Laudo tem por objetivo avaliar as condições em relação à acessibilidade das instalações da Creche Lucas Morbidelli Caciani, atestando as condições favoráveis e/ou

apontando não conformidade, e ainda, indicando as referências normativas para adequações das não conformidades.

3. METODOLOGIA UTILIZADA:

Para a elaboração deste Laudo foram realizadas vistorias in loco, observando as questões relativas a acessibilidades, tendo como base o seguinte:

- Estacionamento;
- Rampa;
- Acesso e Circulação;
- Sanitário P.C.R.

Este Laudo foi elaborado com base na legislação específica sobre acessibilidade, em vigor na esfera federal e estadual:

- Lei Federal 10.098 de 19/12/2000; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal 5.296 de 2004; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei Estadual 12.548 de 27/02/2007; consolida a legislação relativa ao idoso.
- Lei Federal 13.146 de 06/07/2015; institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal 9.404 de 11/06/2018; dispõe sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

- Resolução 973 do Contran - Aprova o Volume IV – Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito;
- NBR NM 313 - Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 9050/2021 da ABNT – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Decreto Federal 10.014 de 06/09/2019; estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

4. ABREVIATURAS:

- M.R. - Módulo de Referência;
- P.C.R. - Pessoa em Cadeira de Rodas;
- P.M.R. - Pessoa com Mobilidade Reduzida;
- P.O. - Pessoa Obesa;
- P.D.V - Pessoa com Deficiência Visual;
- S.I.A. - Símbolo Internacional de Acesso;
- A.B.N.T. - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- N.B.R. - Normas Brasileiras Regulamentadoras.

5. CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:

O terreno ocupado pela edificação que abriga a Creche Lucas Morbidelli Caciani, faz frente e é acessado pela Av. Nossa Senhora de Fátima. A edificação ocupada por único pavimento, se divide em 4 blocos e área externa para espaço recreacional. O acesso principal ao imóvel, e que serve ao público em geral, é nivelado com a área externa, onde se localiza estacionamento.

O primeiro bloco de edificação do imóvel, possui 2 pavimentos, sendo que no pavimento superior funciona a Secretaria de Educação do Município.

FOTO 1 – FACHADA PRINCIPAL



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6. ANÁLISE GERAL:

Com base na caracterização do imóvel descrita no tópico anterior, seguiremos com a análise dos itens relativos à acessibilidade do imóvel. A descrição de cada item seguirá uma forma padronizada, onde primeiramente caracterizaremos a situação, objeto da análise. Serão posteriormente descritos os principais requisitos que tangem a análise, na sequência, será disposto um parecer geral, onde também serão apontadas as não conformidades, e o encerramento de cada item se dará com a determinação dos itens a serem adequados e as referências para as execuções das adequações.

6.1 ESTACIONAMENTO:

Possui estacionamento com acesso livre, na frente do estabelecimento, sendo que o mesmo possui 2 vagas especiais demarcadas (PNE e Idoso), e cerca de 10 vagas comuns não demarcadas, porém na prática os veículos param em sentido oposto ao das vagas demarcadas, dessa maneira impossibilitando o uso das vagas. Além disso, o piso encontra-se deteriorado e a

demarcação das vagas desgastadas. Na ocasião da vistoria a vaga reservada a Idosos, estava sendo utilizada como apoio de obra de reforma do entorno. Possivelmente, por essa ocasião houve alteração na dinâmica de funcionamento da área destinada a estacionamento de veículos.

FOTO 2 – ESTACIONAMENTO EXISTENTE



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

6.1.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ESTACIONAMENTO.

Dimensionamento em relação a quantidade de vagas especiais:

- 2% do total de vagas de estacionamentos, observando no mínimo a existência de 1 vaga deve ser reservado para uso de P.C.R., conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- 5% do total de vagas de estacionamento deve ser reservado para uso de idosos, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007.

Exigências em relação a localização das vagas:

- A vaga P.C.R. deve ser posicionada próximo aos acessos, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas para idosos devem ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso, conforme Lei Estadual nº12.548 de 27/02/2007;
- As vagas especiais devem compor a rota acessível, na impossibilidade de execução da rota entre o estacionamento e acessos. Para vagas especiais, deverão ser previstas as distâncias de no máximo 50m de acesso acessível, conforme item 6.2.4 da NBR 9050/2021.

Exigências em relação a sinalização das vagas:

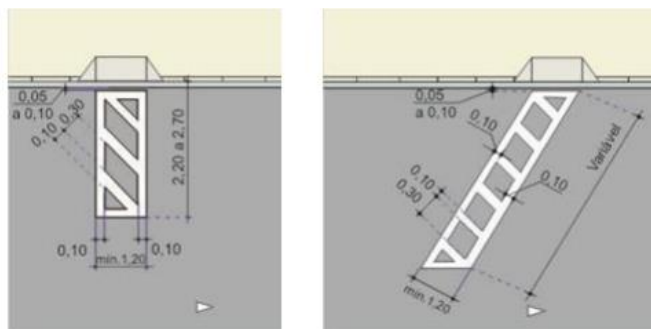
- A vaga P.C.R. deve ser devidamente sinalizada, conforme Lei Federal nº10.098 de 19/12/2000;
- As vagas reservadas a pessoa com deficiência ou comprometimento de mobilidade devem ser dimensionadas de forma a garantir, tanto para o condutor quanto para o conduzido, o embarque e desembarque, bem como o acesso ao local de interesse.
- A sinalização deverá ser composta por sinalizações Verticais e Horizontais.

Sinalização Horizontal:

- Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA;
- Área de proteção de estacionamento: Trata-se de uma marca de canalização destinada a permitir o embarque e desembarque com segurança, da pessoa com deficiência com comprometimento da mobilidade. Deve estar sempre associada a marca delimitadora de estacionamento regulamentado. Deve possuir largura mínima de 1,20m e ser demarcada na cor branca, podendo ser compartilhada por 2 vagas e dispensada quando

a vaga é adjacente a uma faixa de travessia de pedestres, ou quando a vaga tem largura mínima de 3,60m, conforme figura 2;

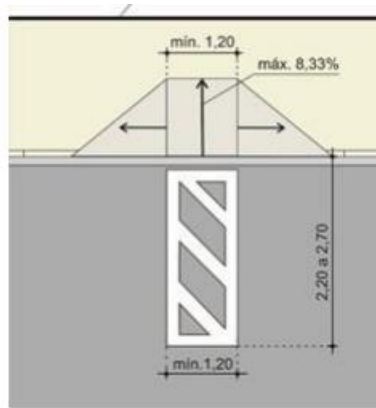
Figura 2 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO DE MARCA DELIMITADORA.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- No caso de desnível entre a área de proteção de estacionamento e o passeio deve ser feito rebaixamento do piso com rampa de acesso e abas laterais. O rebaixamento deve estar associado a área de proteção de estacionamento. A rampa de acesso deve: ter largura mínima de 1,20m; ter inclinação constante e de no máximo 8,33%. A rampa de acesso não deve: apresentar desnível (degrau) na junção com a pista; possuir piso tátil de alerta. As abas laterais devem, sempre que possível, ter uma inclinação de 8.33%, admitindo-se nos casos de impraticabilidade uma largura mínima de 0,50m. No caso de interferências físicas com impossibilidade de remoção, tais como árvores, jardins, poços de visita, colunas e outros obstáculos, as abas podem ser dispensadas. A Figura 3 apresenta um rebaixamento padrão.

FIGURA 3 - MODELOS DE REBAIXAMENTO PADRÃO

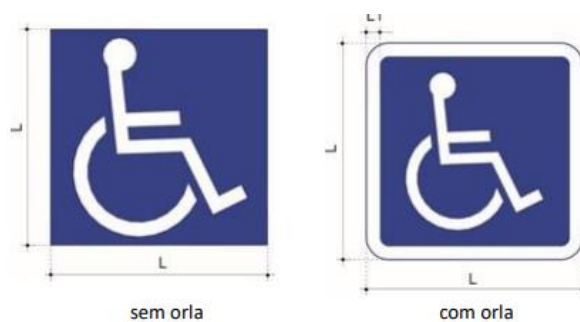


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial para pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade:

- Deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso – SIA devendo sempre estar voltado para o lado direito. Nos casos em que é necessário dar contraste com o pavimento deve ser utilizado o SIA com orla.

FIGURA 4 - SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO (SIA)



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga, quando perpendicular, deve ter comprimento mínimo de 5,0m e largura mínima de 2,40m. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA deve ser locado conforme demonstrado na figura 5:

FIGURA 5 – SINALIZAÇÃO VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação “Estacionamento Regulamentado” – R-6b, com a mensagem “COM CREDENCIAL” e Símbolo Internacional de Acesso- SIA, conforme desenho da Figura 6, podendo ser acrescentadas informações conforme desenho da Figura 7.

FIGURA 6 E 7 - MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE REGULAMENTAÇÃO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE A VEÍCULOS QUE TRANSPORTEM PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E COM DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.

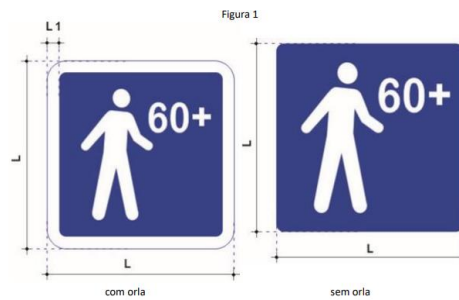


FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Vaga especial Idoso:

- Sinalização de vagas reservadas a pessoa idosa, deve ser demarcada com a marca delimitadora (largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca) de estacionamento regulamentado e com o Símbolo “Idoso”, conforme figura 8.

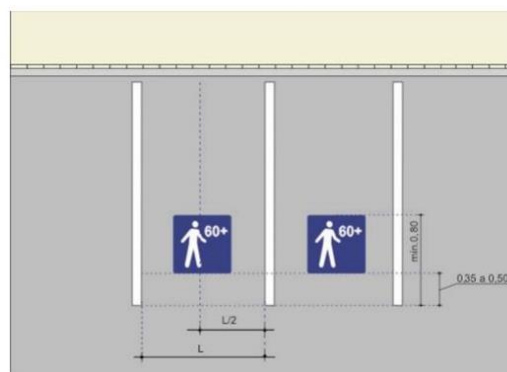
FIGURA 8 – SÍMBOLO “IDOSO”



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

- A vaga destinada ao idoso, quando perpendicular, deve ter largura mínima de 2,20 m e comprimento (L) variável. O símbolo Idoso deve ser locado conforme demonstrado nas Figuras 9.

FIGURA 9 – SINALIZAÇÃO DE VAGA PERPENDICULAR



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

Sinalização Vertical:

- Fica a critério do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via o uso do sinal vertical de regulamentação R-6b - “Estacionamento Regulamentado”, com o Símbolo Idoso e com a mensagem “COM CREDENCIAL” conforme desenho da Figura 10, podendo ser acrescentadas informações, conforme exemplo da Figura 11.

FIGURA 10 E 11 – MODELOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DESTINADOS A IDOSOS, CONFORME RESOLUÇÃO 965/2022.



FONTE: ANEXO I – RESOLUÇÃO 965/2022

6.1.2 PARECER GERAL – ESTACIONAMENTO:

O estacionamento atende ao requisito quanto ao número mínimo de vagas especiais, bem como, quanto a localização das vagas especiais. Entretanto, devem ser realizados ajustes e benfeitorias conforme item 6.1.3.

As calçadas existentes possuem revestimento de piso adequado, bem como faixa de circulação. A faixa de travessia de pedestres, leva a um ponto da calçada (lado de quem vai em direção ao acesso da escola), onde a faixa de circulação foi comprometida, não existe acesso acessível a faixa de travessia.

6.1.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ESTACIONAMENTO:

- Executar a manutenção do piso onde estão locadas as vagas especiais, bem como da demarcação das vagas, conforme item 5.5.2.3.1 da NBR 9050/2021).
- Conforme características do local recomenda-se a execução de redução de faixa de pedestres elevada, conforme item 6.12.7 da NBR (ver figura 6), a faixa deve mudar de localização garantindo o acesso em calçadas com faixa de circulação. Desse modo, a faixa de travessia de pedestres existente deve ser removida, e deverá ser executada a faixa elevada de travessia de pedestres onde hoje existe uma lombada (ver foto 3).
- Deverão ser previstas as sinalizações de trânsito em relação à travessia de pedestres e área escolar.

6.2 RAMPA:

São consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5 %. Para garantir que uma rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos.

No local existe uma rampa externa que faz interligação entre os blocos das edificações com largura inferior a 5% (ver foto 15). Outra rampa externa, com largura inferior a 5%, que garante acesso as salas de aula no bloco de edificação aos fundos do imóvel (ver foto 12). Também existe outra rampa com inclinação superior a 5%, e que garante o acesso da área externa ao bloco de edificação, onde se localiza a cozinha, refeitório, atividades administrativas e salas de aula (ver foto 6). Está área também é acessada pela cozinha, por meio de outra rampa com inclinação superior a 5% e escada com 3 degraus, esse acesso é restrito (ver foto 16).

Observamos a existência de 2 degraus para acesso a área de professores

Também observamos a existência de escada de acesso restrito que interliga o pavimento térreo da creche ao pavimento superior onde fica estabelecida a Secretaria de Educação (as condições dessa escada serão analisadas no Laudo referente a Secretaria de Educação).

FOTO 3 – ACESSO PRINCIPAL A EDIFICAÇÃO E RAMPA EXTERNA COM INCLINAÇÃO SUPERIOR A 5%



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 4 – DEGRAUS DE ACESSO A AREA DA COZINHA



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 5 E 6 – GUARDA CORPO DETERIORADO



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

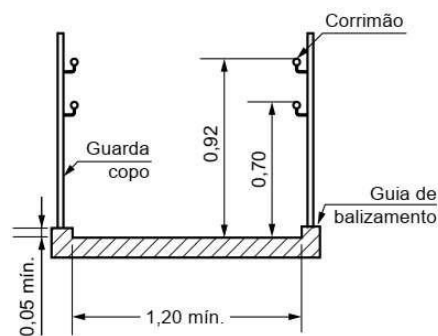
6.2.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – RAMPA:

Dimensionamento geral das rampas, conforme item seção 6.6 da NBR 9050/2021:

- Fica estabelecida a largura recomendável de 1,50, sendo admitido 1,20 e até 0,90 (m), para adaptações em edificações existentes;

- Inclinações e números de lances são dispostos nas tabelas de dimensionamento da NBR 9050/2021;
- Corrimãos e guarda corpos, conforme item 6.9 da NBR 9050/2021;
- Continuidade e ininterruptão dos corrimãos, e avanço de 0,30 (m) paralelamente em direção ao patamar em ambas as extremidades (sem prejudicar a circulação);
- Na ausência de paredes laterais, prever elementos de segurança, como guarda-corpos e guia de balizamento.

Figura 12 – DETALHES GUIA DE BALIZAMENTO



FONTE: NBR 9050/2021

Sinalização, conforme seção 5 da NBR 9050/2021.

- Os corrimãos devem ter sinalização tátil (caracteres em relevo e em Braille), identificando o pavimento;
- Sinalização tátil e visual de alerta, no início e fim dos lances de escadas e rampas.

6.2.2 PARECER GERAL – RAMPA:

As rampas e escadas existentes atendem aos requisitos quanto ao dimensionamento, sendo que deverão ser previstas adequações quanto a guarda corpos e corrimãos e sinalização

desses elementos. Não levaremos em conta nesta seção as questões de sinalização de pisos, portas e passagens, uma vez que foram abordadas na seção anterior.

6.2.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – RAMPA:

- Os guarda corpos e corrimãos existentes não atendem as observações quanto a resistência e rigidez (ver foto 18).
- As escadas e rampa com inclinação superior a 5%, não possuem guia de balizamento (ver fotos 7 à 9 e 16 e 17).
- Escadas e rampa com inclinação superior a 5%, não possuem guarda corpo e corrimão (ver fotos 16 e 17).
- A sinalização tátil nos corrimãos é somente em braille, sendo que também deve ser prevista a sinalização em relevo dos caracteres, além disso, algumas placas se soltaram dos corrimãos outras estão se soltando (ver foto 19).
- A escadas e degraus não possuem sinalizações visuais.

6.3 ACESSO E CIRCULAÇÃO:

A rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação.

O acesso e a circulação na edificação, não são garantidos por meio de rota acessível.

FOTO 7 e 8 – PISO TÁTIL DE ALERTA E PISO TÁTIL DE ALERTA EM DESCONFORMIDADE (FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA)



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 9,10,11 E 12 – PISO TÁTIL DIRECIONAL E PISO TÁTIL DE ALERTA EM ROTA ACESSÍVEL NA ÁREA EXTERNA EM DESCONFORMIDADE E RAMPA OBSTRUINDO PARTE DA ROTA ACESSÍVEL



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 13– INEXISTÊNCIA DE SINALIZAÇÃO DE PORTAS E PASSAGENS



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

FOTO 14 – DESNÍVEL E SINALIZAÇÃO TÁTIL EM DESCONFORMIDADE



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

**FOTO 15 E 16 – DESNÍVEL EM ACESSO AO BANHEIRO INFANTIL E ÁREA DE CIRCULAÇÃO EM
DESCONFORMIDADE – LARGURA DAS PORTAS EM DESCONFORMIDADE**



FONTE: INGRID DA SILVA PEREIRA

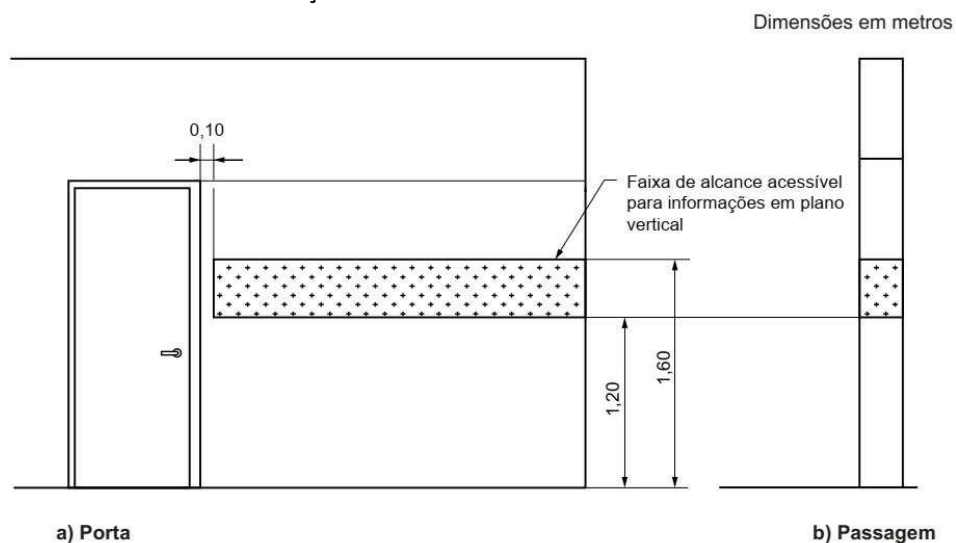
6.3.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

Entradas e rotas acessíveis, conforme item 6.2 da NBR 9050/2021:

- Todas as entradas, bem como rotas de interligações as funções da edificação têm de ser acessíveis. Tendo a ressalva que na adaptação de edificações, na impossibilidade técnica de garantia de acessibilidade em todos os acessos, deve se garantir a acessibilidade pelo menos no acesso principal;
- Deve ser prevista a sinalização informativa e direcional da localização das entradas e saídas acessíveis;

- Sobre a circulação nas rotas acessíveis, observa se o disposto no item 6.3 da NBR 9050/2021. Nestes itens são dispostas as exigências em relação ao tipo de circulação horizontal e vertical; e condições gerais em relação a revestimento, inclinação e desnível; entre outros;
- Em relação a circulação interna, também observa se o disposto no item 6.11 da NBR 9050/2021;
- São dispostas as exigências em relação a largura e dimensionamento de corredores e portas;
- Exigências quanto a sinalização, são dispostas no item 5.4.1 e 5.4.2 da NBR 9050/2021;
- As portas e passagens devem possuir informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora, devendo ser sinalizadas com números e/ou letras e/ou pictogramas e ter sinais com textos em relevo. Também são dispostos os detalhes em geral quanto a instalação destas sinalizações.

FIGURA 13 – FAIXA DE SINALIZAÇÃO ACESSÍVEL PARA PORTAS E PASSAGENS



FONTE: NBR 9050/2021

- Devem ser previstos planos e mapas acessíveis, constituídos de representações visuais, táteis e/ou sonoras, para orientação de lugares e rotas.

6.3.2 PARECER GERAL – ACESSO E CIRCULAÇÃO.

A edificação analisada atende aos principais requisitos em relação a acessos e circulação, tais como, rotas acessíveis, transposições verticais, revestimentos, inclinações e desníveis; além de largura de corredores e portas. Ressalvando os itens a serem adequados conforme descritos neste Laudo.

Não possui a sinalização de portas e passagens. Quanto a sinalização informativa e direcional das entradas e saídas acessíveis, bem como, planos e mapas

acessíveis, informamos que além da sinalização aplicada o edifício dispões de acessibilidade receptiva.

6.3.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – ACESSO CIRCULAÇÃO.

- Remoção de piso tátil direcional instalado que encontra se em desconformidade com a NBR 9050/2015 (ver fotos 4, 5 e 11).
- Remoção de piso tátil de alerta instalado na transposição de portas em desconformidade com a NBR 9050/2015 (ver fotos 4, 5 e 11).
- Adequação da rota acessível, composta por pisos táteis na área externa, remoção de trecho de rampa inutilizada, atendendo ao disposto no item 6.3 da NBR 9050/2021. Executando também a devida sinalização na rampa indicada na foto 12.
- Prever a sinalização de portas e passagens, conforme itens 5.4.1 e 5.4.2 da NBR 9050/2015 (ver figura 9).
- Deve ser executada rampa com patamar, formando um degrau para acesso ao patamar e ao piso. Dessa maneira, atendendo ao item 6.3 da NBR 9050/2015, que considera acessível o piso que atende a duas formas de deslocamento vertical (nesse caso pela rampa e degrau). Para a situação do local recomendasse a execução de um único patamar que nivela os dois pisos. As portas de acesso ao piso em desnível ficam praticamente na mesma direção, a partir do patamar a rampa segue no sentido da circulação, paralelamente as paredes existentes. A rampa deve ser executada com inclinação longitudinal de 5% ou menos, dessa maneira, não sendo necessária a execução de guarda corpo, corrimãos e guia de balizamento. Prever a colocação de piso tátil antes do início e final da rampa, e nas extremidades que formarem os degraus (no patamar e abaixo dele), atendendo ao disposto no item 6.6 da NBR 9050/2021.
- Adequar a largura das portas de acesso ao banheiro infantil, e nas áreas de circulação interna (deve possuir no mínimo 0,80 m. livre), assim como os desníveis (desníveis acima de 20 mm., são tratados como degraus, devem ser resolvidos com rampa), de forma a atender ao disposto nas seções 6.2 e 6.3 da NBR 9050/2021.

6.4 SANITÁRIO P.C.R.:

Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da Norma quanto às quantidades mínimas necessárias, localização, dimensões dos boxes, posicionamento

e características das peças, acessórios, barras de apoio, comandos e características de pisos e desnível. Os espaços, peças e acessórios devem atender aos conceitos de acessibilidade, como as áreas mínimas de circulação, de transferência e de aproximação, alcance manual, empunhadura e ângulo visual.

6.4.1 PRINCIPAIS REQUISITOS – SANITÁRIO P.C.R.:

- Exigências quanto a localização, conforme item 7.4 da NBR 9050/2021;
- Devem ser localizados em rotas acessíveis próximos a circulação principal;
- Dimensionamento quanto a quantificação, conforme item 7.4.3 e Tabela 7 da NBR 9050/2021;
- Nos edifícios públicos, existentes, deve ser previsto um sanitário acessível, com acesso independente por pavimento;
- Quanto a dimensão dos sanitários acessíveis, seguir o contido no item 7.5 da NBR 9050/2021;
- O referido item estabelece além das dimensões o posicionamento das peças sanitárias e barras, bem como, das áreas de transferência, área de manobra, entre outros;
- Demais itens da seção 7 da NBR 9050/2021, estabelece todos os requisitos a serem observados em relação aos elementos que compõe a execução do banheiro acessível.

6.4.2 PARECER GERAL – SANITÁRIO P.C.R..

A edificação não possui sanitário acessível.

6.4.3 ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – SANITÁRIO P.C.R.:

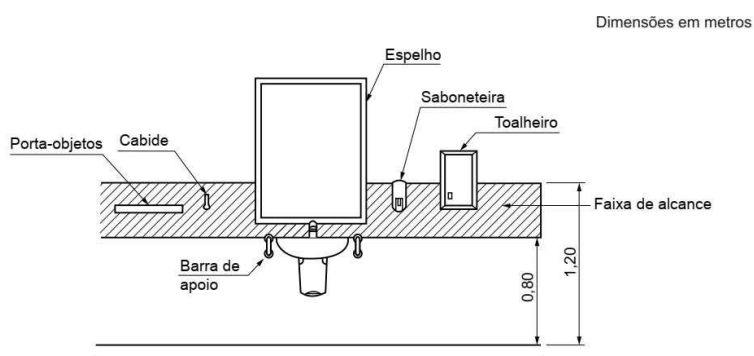
Execução de banheiro acessível de acesso independente, conforme item 7.4.3 e tabela 9 da NBR 9050/2021, deve possuir pelo menos um. O banheiro acessível deve ser executado observando a disposição do item 6.5.1 deste Laudo e item 7 da NBR 9050/2021. Segue detalhamento em relação a dimensão, posicionamento de bacia, lavatório, barras, etc.

ADEQUAÇÕES A SEREM REALIZADAS – BANHEIROS.

- Recomenda-se que, nos conjuntos de sanitários, seja instalada uma bacia infantil;
- Incluir sinalização no acesso ao sanitário;
- A bacia sanitária deve possuir entre 0,43m e 0,45m do piso acabado. Com o assento, esta altura deve ser no máximo de 0,46m;
- O mecanismo de acionamento de descarga em caixa acoplada pode ser por alavanca, sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes;
- Recomenda-se a instalação da ducha higiênica dotada de registro de pressão para regulação da vazão. Esta ducha deve ser instalada ao lado da bacia sanitária e dentro do alcance manual de uma pessoa sentada;
- Deve ser instalado dispositivo de alarme de emergência próximo à bacia. Recomenda-se a instalação de dispositivos adicionais em posições estratégicas, como lavatórios e portas, entre outros. A altura de instalação deve ser de 40 cm do piso. Os dispositivos devem ter cor que contraste com a cor da parede;
- As barras de apoio da bacia sanitária devem ser instaladas conforme diretrizes do item 7.7.2.3.3 da NBR 9050/2021;
- As barras de apoio do lavatório deverão ser instaladas conforme figura D, do item 7.8.1 da NBR 9050/2021;
- Nos sanitários coletivos, recomenda-se a instalação de um boxe com barra de apoio para uso por pessoas com mobilidade reduzida;
- Nos boxes comuns, as portas devem possuir vão livre mínimo de 0,60m (edificação existente) e área livre com no mínimo de 0,60m de diâmetro;
- Os tampos para lavatórios devem garantir no mínimo uma cuba com superfície superior entre 0,78 m e 0,80 m, e livre inferior de 0,73 m. Devem ser dotados de barras. Quando se tratar de bancada com vários lavatórios, as barras de apoio devem estar posicionadas nas extremidades do conjunto, podendo ser em apenas uma das extremidades;
- Quando houver mictório, pelo menos um em cada sanitário deve conter área de aproximação para P.M.R, válvula instalada a 1,00m do piso, preferencialmente por sensor eletrônico e barra de apoio. Recomenda-se que os mictórios para P.M.R. e P.C.R. sejam instalados o mais próximo possível da entrada dos sanitários;

- Instalação de espelho plano acima da pia, com no máximo 0,90m do piso e 0,90m de altura;
- A papelreira da bacia sanitária, quando de sobrepor, deve ser alinhada com a borda frontal da bacia, o acesso ao papel deve ser livre e de fácil alcance. Não podem ser instaladas abaixo de 1,00m de altura do piso acabado, para não atrapalhar o acesso à barra;
- Deve ser instalado cabide junto ao lavatório, com altura entre 0,80m e 1,20m do piso acabado;
- Deve ser instalado um porta-objeto junto ao lavatório e a bacia sanitária, a uma altura entre 0,80m e 1,20m com profundidade máxima de 0,25m, em local que não interfira nas áreas de transferência, manobra e utilização das barras de apoio. O porta-objeto não pode ter cantos agudos e superfícies cortantes ou abrasiva;
- Realizar instalações de acessórios, conforme figura 15;
-

FIGURA 15 – FAIXA DE ALCANCE INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS



FONTE: NBR 9050/2021

6.5 MOBILIÁRIO URBANO – CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal. Proporcionando ao usuário segurança e autonomia de uso, assegurando dimensão e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário,

ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso, bem como, não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes, estar localizado junto a uma rota acessível e ser sinalizado. Recomenda-se também que elementos do mobiliário interno sejam acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As informações apresentadas neste laudo representam a situação no dia da respectiva vistoria, podendo haver alterações das condições em função de modificações ocorridas após a mesmas.

8. ENCERAMENTO:

Este Laudo é composto de 3 páginas, e assinado pelo responsável técnico pela elaboração.

São Paulo, 25 de agosto de 2024.